

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.444.783 - AL (2014/0066211-0)**

**RELATOR** : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**  
**RECORRENTE** : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**  
**ADVOGADO** : **PAULO MELO DE ALMEIDA BARROS E OUTRO(S) -**  
**PE000795B**  
**RECORRIDO** : **HENRIQUE DE CASTRO SIMONE**  
**RECORRIDO** : **ELIEZIBE SILVA SIMONE**  
**ADVOGADO** : **ANTHONY FERNANDES OLIVEIRA LIMA E OUTRO(S) -**  
**AL004320**

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial manejado pela **Caixa Econômica Federal** com fundamento no art. 105, III, *a* e *c*, da CF, contra acórdão proferido pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região, assim ementado (fls. 555/556):

*PROCESSO CIVIL E CIVIL. SFH. REVISÃO DE CONTRATO DE MÚTUO. LEGITIMIDADE DA CEF. INCORREÇÃO NO REAJUSTE DAS PRESTAÇÕES. SALÁRIO DA CATEGORIA. DESCUMPRIMENTO. LAUDO DO PERITO. APLICAÇÃO DA TAXA DO CES. AUSÊNCIA DE PREVISÃO NO CONTRATO. COMPENSAÇÃO DE TAIS VALORES COM AS PARCELAS VENCIDAS E VINCENDAS. ANATOCISMO. AMORTIZAÇÃO NEGATIVA NA PLANILHA DE FINANCIAMENTO. CONFIRMADA EM LAUDO TÉCNICO. LEGALIDADE. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO C. STJ.*

*1. A CEF é a instituição financeira que sucedeu o BNH em direitos e obrigações, sendo a administração operacional do SFH atribuída a essa empresa pública, legitimada nos processos em andamento, mesmo com a transferência das operações de crédito imobiliário e seus acessórios à EMGEA. 2. A EMGEA deve compor o pólo passivo da demanda, na condição de litisconsorte, em face da cessão dos créditos hipotecários relativos ao contrato sob exame. (TRF-5ª R. - AC 2003.83.00.027259-1 - 2ª T - Rel. Des. Francisco Wildo Lacerda Dantas - DJe 02.10.2009 - p. 313)*

*2. Os mutuários do SFH que firmaram contrato prevendo o PES/CP têm o direito de ter as prestações do financiamento reajustadas na mesma proporção dos aumentos salariais de sua categoria profissional. Descumprimento da cláusula constatada pelo perito judicial. Precedentes.*

*3. O CES - Coeficiente de Equiparação Salarial, instituído pela*

*Resolução nº 36/69 e referido no art. 8º, da Lei nº 8.692/93, não se encontra previsto no contrato ora revisado, sendo defesa sua cobrança, cujos valores a maior deverão ser compensados com as parcelas vencidas ou vincendas. (STJ - AgRg-REsp 986.299 - (2007/0215572-2) - 3ª T. - Relª Nancy Andrichi - DJe 17.02.2009 - p. 540)*

*4. A capitalização dos juros é proibida (Súmula 121/STJ), somente aceitável quando expressamente permitida em Lei (Súmula 93/STJ), o que não acontece no SFH. Admitido no presente acórdão que o modo de calcular a prestação implica "efeito - capitalização", o procedimento deve ser revisto de acordo com o laudo do contador do juízo.*

*5. "Assim, para evitar a cobrança de juros sobre juros, os Tribunais pátrios passaram a determinar que o quantum devido a título de juros não amortizados fosse lançado em conta separada, sujeita somente à correção monetária". (STJ - AgRg-REsp 958.057 - (2007/0128203-6) - 2ª T - Rel. Min. Herman Benjamin - DJe 11.09.2009 - p. 1815).*

*6. Apelação da CEF improvida.*

Opostos embargos declaratórios, foram rejeitados ante a inexistência dos vícios elencados no art. 535 do CPC/73.

A parte recorrente, além de dissídio jurisprudencial, aponta violação aos arts. 535, 538, parágrafo único, do CPC/73; 6º, § 1º, da LINDB; e 60 e 61 da Lei nº 4.380/64. Sustenta que: **(I)** o acórdão recorrido foi omisso; **(II)** o contrato só pode ser alterado por nova pactuação entre as partes, sob pena de violação a ato jurídico perfeito, uma vez que a elevação do valor das prestações do financiamento ocorreu em estrita observância aos termos acordados; **(III)** foi respeitado o nível do comprometimento de renda na data da pactuação, estando equivocadas as conclusões adotadas pelo perito judicial; **(IV)** o Coeficiente de Equiparação Salarial é devido independentemente de previsão contratual, pois é um encargo que decorre da lei; e **(V)** é descabida a multa processual aplicada, uma vez que os aclaratórios opostos pela parte não possuíam caráter protelatório.

Contrarrazões às fls. 613/623.

**É O RELATÓRIO. SEGUE A FUNDAMENTAÇÃO.**

Registre-se, de logo, que o acórdão recorrido foi publicado na vigência do

CPC/73; por isso, no exame dos pressupostos de admissibilidade do recurso, será observada a diretriz contida no Enunciado Administrativo n. 2/STJ, aprovado pelo Plenário do STJ na Sessão de 9 de março de 2016 (*Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/73 – relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016 – devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas, até então, pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça*).

Feita essa observação, verifica-se não ter ocorrido ofensa ao art. 535 do CPC/73, na medida em que o Tribunal de origem dirimiu, fundamentadamente, as questões que lhe foram submetidas, apreciando integralmente a controvérsia posta nos autos, não se podendo, ademais, confundir julgamento desfavorável ao interesse da parte com negativa ou ausência de prestação jurisdicional.

Com relação à matéria pertinente ao art. 6º, § 1º, da LINDB, nota-se que não foi apreciada pela instância julgante de origem e tampouco consta nas razões dos embargos declaratórios de fls. 559/560. Portanto, ante a falta do necessário prequestionamento, incidem os óbices das Súmulas 282 e 356/STF.

Quanto à discussão relativa ao nível de comprometimento de renda, constata-se que o órgão julgador *a quo* asseverou, carreado na prova dos autos, que o PES teria sido descumprido pela ora recorrente. Leia-se (fls. 551/552):

*In casu, restou constado pelo perito do juízo o descumprimento da cláusula por parte da CEF, sendo a hipótese de manutenção da sentença, diante dos elementos que demonstram as incorreções na aplicação de referida cláusula. Neste sentido, a pacífica jurisprudência do C. STJ: (STJ - AGRESP 200000412511 - (256960 SE) - 4ª T. - Rel. Min. Jorge Scartezini - DJU 17.12.2004 - p. 00548)"*

*Há de prevalecer, em nome da preservação da legalidade dos contratos do SFH e da proteção do consumidor, o limite de percentual para reajustamento da renda do mutuário previsto no pacto, para aqueles regidos pelo Plano de Equivalência Salarial (PES), cuja desobediência restou apurada, devendo tais valores ser compensados com as parcelas vencidas, se houver, e as vincendas.*

Desse modo, a alteração das conclusões adotadas pela Corte de origem, de modo a se adotar a tese recursal de que o nível de comprometimento da renda restou respeitado, demandaria, necessariamente, novo exame do acervo fático-probatório constante dos autos, bem como das cláusulas contratuais, providências vedadas em recurso especial, conforme os óbices previstos nas Súmulas 5 e 7/STJ.

No que atine à legalidade da cobrança da taxa do CES, destaca-se que a jurisprudência pacífica do STJ entende pela sua legalidade, mesmo antes do advento da Lei nº 8.692/93, **desde que prevista contratualmente**. Veja-se:

*AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO REVISIONAL. FINANCIAMENTO HABITACIONAL. CONTEÚDO NORMATIVO DOS ARTIGOS 20 DO CPC, 23 DA LEI 8.906/94, 39, V, E 51, IV, DO CDC. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. APLICAÇÃO DO CDC. NECESSÁRIA A IDENTIFICAÇÃO, NO CASO CONCRETO, DE ÍNDOLE ABUSIVA DO CONTRATO. REAJUSTE DO SALDO DEVEDOR. TAXA REFERENCIAL. COEFICIENTE DE EQUIPARAÇÃO SALARIAL. REPETIÇÃO SIMPLES DO INDÉBITO. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

1. [...]

4. *A jurisprudência do STJ é no sentido da possibilidade da cobrança do Coeficiente de Equiparação Salarial - CES, quando houver previsão contratual.*

5. [...]

6. *Agravo regimental a que se nega provimento.*

(AgRg no AREsp 573.065/RS, Rel. Ministro Raul Araújo, Quarta Turma, julgado em 1/10/2015, DJe 21/10/2015)

*ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO. CLÁUSULA FCVS. COEFICIENTE DE EQUIPARAÇÃO SALARIAL - CES. PREVISÃO CONTRATUAL. EXISTÊNCIA. REGULARIDADE. SÚMULAS 7 E 83/STJ.*

1. *Esta Corte de Justiça possui o entendimento firmado de que, havendo previsão contratual, é legal a cobrança do Coeficiente de Equiparação Salarial - CES nos contratos celebrados antes da vigência da Lei n. 8.692/93.*

2. *No caso dos autos, a instância ordinária consignou que ficou demonstrado que o Coeficiente de Equiparação Salarial - CES*

*constou do contrato.*

3. *Nesse aspecto, alterar as conclusões da Corte de origem demandaria a incursão no contexto fático-probatório dos autos, o que é vedado na via especial, conforme o disposto na Súmula 7/STJ.*

4. *Agravo regimental a que se nega provimento.*

**(AgRg nos EDcl no AREsp 496.389/RS, Rel. Ministro Og Fernandes, Segunda Turma, julgado em 10/3/2015, DJe 18/3/2015)**

*PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO REGIMENTAL EM RECURSO ESPECIAL. INOVAÇÃO DE FUNDAMENTOS. IMPOSSIBILIDADE. SFH. MÚTUO HABITACIONAL COM COBERTURA PELO FCVS. CES. COBRANÇA. LEGITIMIDADE. PES. REAJUSTE DAS PRESTAÇÕES. REEXAME DE FATOS E PROVAS. REPETIÇÃO EM DOBRO. SÚMULA 7/STJ. VALORES COBRADOS A TÍTULO DE SEGURO. LIMITES DA SUSEP. SÚMULAS 5 E 7/STJ.*

1. *Não se mostra possível discutir em agravo regimental matéria que não foi objeto do recurso especial, tampouco decidida pelo Tribunal de origem, por se tratar de inovação recursal.*

2. *É legal a cobrança do Coeficiente de Equiparação Salarial - CES, mesmo antes do advento da Lei nº 8.692/93, desde que prevista contratualmente, caso dos autos. Precedentes.*

3. *O Tribunal a quo assinalou que o mutuário não comprovou nos autos que os reajustes das prestações se deram em desacordo com o PES. Incidência, no ponto, da Súmula 7/STJ.*

4. *Inviável acolher o pedido pela repetição em dobro, pois a revisão do entendimento firmado no acórdão recorrido de que não comprovada a má-fé da entidade financeira esbarra no óbice sumular 7/STJ.*

5. *Não é possível, em recurso especial, averiguar a higidez dos valores cobrados a título de seguro ante as Súmulas 5 e 7/STJ.*

6. *Agravo regimental a que se nega provimento.*

**(AgRg no REsp 1.077.950/RS, Rel. Ministro Sérgio Kukina, Primeira Turma, julgado em 5/8/2014, DJe 14/8/2014)**

Na presente hipótese, o TRF5 afastou a referida cobrança em razão da ausência de previsão contratual, conforme se lê à fl. 552:

*Na presente hipótese, inexistente previsão contratual da cobrança do CES, pelo que deve o agente financeiro ser instado a*

*restituir tais valores em forma de compensação em relação às prestações vencidas ou vincendas, não havendo, deverão ser restituídos na forma simples, diante da ausência de má-fé por parte do agente financeiro, atualizada apenas monetariamente. O citado coeficiente não pode integrar o contrato por força do pactuado e do princípio da autonomia das vontades.*

Assim, inexistente reforma a ser feita no acórdão recorrido nesse ponto, uma vez que fundamentado no mesmo sentido da jurisprudência do STJ, a qual determina a necessidade de previsão contratual para que seja lícita a cobrança da taxa do CES.

Por fim, razão assiste à recorrente quanto ao pedido de afastamento da multa do art. 538 do CPC/73.

Na origem, a parte opôs embargos declaratórios com o objetivo de prequestionar a matéria a ser alegada no recurso especial. Assim, na linha da firme jurisprudência do STJ, a multa imposta em razão da oposição dos aclaratórios (art. 538, parágrafo único, do CPC) deve ser afastada, nos termos da Súmula 98/STJ ("*Embargos de declaração manifestados com notório propósito de prequestionamento não têm caráter protelatório.*").

**ANTE O EXPOSTO**, conheço em parte do recurso especial e, na parte conhecida, dou-lhe parcial provimento, apenas para afastar a multa prevista no art. 538 do CPC/73.

Publique-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

MINISTRO SÉRGIO KUKINA  
Relator